

Percepções sociais sobre o poder do voto. O exemplo da cidade de Quelimane, 1998-2011*1

Ricardo Raboco*

p. 189-203

“O Preço a pagar pela tua não participação na política é seres governado por quem é inferior”.

Platão, (c. 428-347 aC)

Nos dias de hoje, é muito frequente ouvir-se que todos políticos são iguais ou conforme o ditado “farinha do mesmo saco” e que o voto não muda nada ou seja, não tem qualquer valor, e, neste contexto, votar e não votar dá tudo na mesma. Ademais, é muito frequente ouvir-se que “eu não sou político” e “não tenho nada a ver com a política” e ainda “a política é para os políticos”. Os cidadãos tendem a distanciar-se da vida política do país.

Esta forma de perceber as coisas, à partida mostra dois casos paradigmáticos das democracias africanas actuais no geral, e, da moçambicana em particular nomeadamente o significado do voto e a importância da política na vida das pessoas. Desta feita, encetando-se uma análise profunda em torno destes dois paradigmas pode-se encontrar as raízes do fenómeno das abstenções eleitorais e dos votos em branco nas democracias do séc. XXI.

Estudos sobre o significado do voto e da política na vida das pessoas têm procurado obter respostas sobre alguns dos principais dilemas sobre esta temática: porque é que as pessoas não vão votar? Qual é a importância do voto? Por que razão tem votado? Quando vai votar qual é o critério que usa para escolher o candidato (manifesto eleitoral, partido, candidato)? Qual deveria ser o perfil dos candidatos a membros da Assembleia Municipal e a Presidência do Município? Quais os critérios que toma em consideração para avaliar se este ou aquele candidato é certo para a presidência do Município? Quantos membros da Assembleia Municipal conhecem?

A literatura sobre estes dilemas tem sido extensa, pese embora, as conclusões obtidas parecem não responder cabalmente e, de forma objectiva, a todas as questões de investigação sobre o significado do voto e da política na vida das pessoas. Tal cenário resulta do facto de uma das características subjacentes ao estudo do significado do

* O autor escreve de acordo com a antiga ortografia.

** Licenciado em Ensino de História e Mestrado em Ciências Políticas e Estudos Africanos. Docente na Universidade Pedagógica - Delegação de Quelimane.

1 Agradecimento aos jovens e estudantes universitários do curso de História da Universidade Pedagógica - Delegação de Quelimane que ajudaram na recolha dos dados nos diversos bairros do Município de Quelimane.

voto na vida pessoal e comunitária ser a inexistência de conclusões simples ou poções mágicas para explicar um fenómeno tão complexo e dinâmico como este.

Neste contexto, o presente artigo procura perceber a problemática da participação política em Moçambique com especial enfoque no significado do voto para as comunidades. Entende-se que o significado do voto, ou seja, o voto não se traduz apenas num mero exercício de cidadania, mas sim, um instrumento que possibilita a escolha dos representantes e dos governantes que fazem e executam as leis que interferem directamente na vida da comunidade. Logo, o voto é um mecanismo de mudança pois, i) o votar e não votar pode significar uma melhoria ou uma queda na qualidade de vida dos cidadãos e, ii) o resultado que se espera do voto – a governação – pode condicionar o acto de votar e de não votar.

Neste sentido, encara-se o voto como o fio condutor das democracias contemporâneas. É o único meio legal e legítimo para levar a cabo uma (re)evolução sociopolítica e económica que pode retirar um país, uma região e ou uma cidade de um Estado de governo – Estado Weberiano² – para um Estado de governação³ – Estado pós-moderno. Desta feita, se é verdade que o voto é o motor da mudança e da transformação social e, o meio que possibilita o exercício legal e legítimo do poder nas democracias contemporâneas não é menos verdade que pouco se sabe sobre a importância e, acima de tudo, o real significado do voto na vida das pessoas. E, como resultado, muita gente não se interessa com este processo. Ademais, não é menos verdade que a partidocracia, a descrença nas instituições públicas e o *modus operandi* deficiente dos órgãos de gestão eleitoral particularmente o Secretariado Técnico de Administração – Eleitoral doravante STAE – condicionam a ida das pessoas às urnas demonstrando um alto nível de maturidade política dos cidadãos, mas, não a noção da importância do voto, pois, a abstenção não traz mudanças se não a estatização ou a depreciação cada vez mais acentuada da qualidade de vida. Nesta perspectiva de análise, a realização de campanhas – sem se olhar nos aspectos político-partidários mas sim, por um simples acto de cidadania – contínuas e sistemáticas de sensibilização e educação comunitária sobre o significado do voto em suas vidas pode melhorar os níveis de participação política em Moçambique e quiçá reduzir sistematicamente o fenómeno abstencionista.

O presente artigo pretende retratar o estudo desencadeado no âmbito do projecto de pesquisa sobre as “Percepções Societais sobre o Poder do Voto” no Município de Quelimane no período compreendido entre 1998 e 2011. A iniciativa resulta de uma simples vontade de exercício da cidadania e do activismo social como cidadãos residentes na urbe. A escolha desta temática deveu-se essencialmente a três razões fundamentais: a primeira razão resulta do facto de quase sistematicamente as eleições moçambicanas serem caracterizadas por abstenções massivas (1999, 2004 e 2009, nas eleições gerais e 1998, 2003, 2008 e 2011⁴, nas eleições autárquicas). Por exemplo, depois de uma participação considerada positiva nas eleições de 1994 com cerca de 87 % dos eleitores a dirigirem-se às urnas, a abstenção dominou todas as eleições seguintes. Em 1999 o nível de abstenção foi de 31 %, em 2004 a abstenção aumentou para 64 % e em 2009 atingiu 55 % (STAE, 2006, 2010).

2 Não inclusivo.

3 Inclusivo. Um Estado onde todos participam na construção do seu futuro e sobretudo na definição de políticas públicas de desenvolvimento.

4 Eleições intercalares resultantes da renúncia dos Edis de Quelimane, Cuamba e Pemba.

Os elevados índices de abstenção são, também, visíveis e preocupantes nas eleições municipais. Nas primeiras eleições autárquicas realizadas em 1998⁵ em 33 cidades, o nível de abstenção foi de cerca de 85 %, sendo que nas eleições seguintes (2003) a taxa de abstenção situou-se em 75,84 %. As últimas eleições, realizadas no ano de 2008 em 43 cidades e vilas, o nível de abstenção foi de 55 %. No caso específico da Cidade de Quelimane – Zambézia nas eleições de 2008 foram inscritos 110.013 potenciais eleitores e, destes foram às urnas 47 319 e, nas intercalares de 2011 foram inscritos 134.942 e foram votar apenas 37 508 (SATE, 2012). Significa isto que, em 2008, em Quelimane os níveis de abstenção rondaram os 57 % e, em 2011, atingiu 72 %. Estes dados – apesar de não se ter o número real dos mortos, dos que mudaram da cidade e dos que vieram para a cidade – revelam o quanto os eleitores e as urnas estão de “costas voltadas” e, nesta perspectiva corroborando a apreciação de Luís de Brito (2007, p. 6) “o facto de mais de metade dos eleitores não participar nos últimos escrutínios pode significar que os cidadãos não sentem que o seu voto possa ter qualquer utilidade” e, portanto, são “um sinal de disfuncionamento do sistema político” (Ibid., p. 6).

A segunda razão assenta na “inércia” dos órgãos de gestão eleitoral e do governo que mesmo sabendo do crescimento “vertiginoso” do desinteresse pelo voto, pouco ou nada tem feito para reverter o actual cenário. Sobre esta aparente inércia, levanta-se uma questão simples mas complexa de se analisar: a quem interessa as abstenções eleitorais? A terceira e última razão repousa nos contornos das eleições intercalares ocorridas em Quelimane, em 2011, resultante da renúncia do Edil Pio Augusto Matos⁶. Nestas eleições, à semelhança das outras que ocorreram no mesmo período de acordo com o Boletim sobre o Processo Político em Moçambique n.º 51-17 de Setembro de 2012: “Os partidos políticos, os média e a sociedade civil, estiveram mais bem preparados e mais ousados nas 4 eleições intercalares de 7 de Dezembro de 2011 e 18 de Abril de 2012. Todos eles consideraram estas eleições como o exercício de treino para as eleições municipais do próximo ano e as eleições nacionais de 2014” e mais adiante escreve-se ainda que “A polícia e os partidos esticaram a corda até onde puderam e como resultado fizeram levantar muitas perguntas sobre o que é permitido. Os meios de comunicação social tiveram não só uma presença aumentada e sobretudo muito mais eficaz, mas também isso colocou um desafio: terão eles a capacidade de replicar esta presença nas eleições de muito maior dimensão?”

Uma breve leitura destes dois cenários – apesar da promiscuidade entre o que é permitido na legislação eleitoral e o que não é permitido, como por exemplo, a presença massiva dos agentes da lei e ordem nas assembleias de voto envolvendo-se em situações em que não lhes é permitido pela lei eleitoral moçambicana – faz notar o aumento do

5 É pertinente esclarecer que neste ano, em função das contradições entre os dois maiores partidos em Moçambique – a Frelimo e a Renamo – em matérias de legislação eleitoral no concernente à criação de uma Comissão Nacional de Eleições (CNE) e a sistematização/actualização do recenseamento eleitoral, mas também à definição do regime de tutela administrativa e financeira do Estado, ao sistema de finanças locais e do património das autarquias locais. Este debate foi caracterizado por uma intensa confrontação no parlamento moçambicano culminando com a ameaça, que se viria a concretizar, da Renamo de não participar nas primeiras eleições municipais de 1998. Tal facto poderá ter contribuído na desmobilização dos eleitores não só da Renamo como também, de outros cidadãos devido às incertezas que se colocavam ao processo.

6 Renunciou por motivos de saúde. Refira-se que esta alegação foi muito contestada no seio dos munícipes que apontavam mais para razões políticas, ou seja, pressão do partido Frelimo que suportou a sua candidatura uma vez que faltava um ano e meio para cumprir o seu mandato. E, este terá sido um dos factores da abstenção pois, reinava o entendimento de que seria os munícipes, ou seja, aqueles que o votaram a pedir a sua renúncia e não o partido.

nível de participação⁷ e do interesse pelo voto graças ao trabalho dos média privados e de grupos de cidadãos que consciencializaram as comunidades sobre o significado do voto. Isto, por sua vez, demonstra que é possível mudar o cenário mas, para tal, é preciso manter e encetar um trabalho muito sério de consciencialização dos cidadãos sobre o significado do seu voto na sua vida.

As razões acima expostas justificam a pertinência do estudo e, espera-se que o mesmo possa ser mais um instrumento de activismo social no sentido de chamar à consciência dos cidadãos sobre o significado do voto e, acima de tudo, melhorar a qualidade do debate político local e nacional neste período eleitoral. Espera-se que o mesmo incentive outros estudos que sejam similares a este e que possam efectivamente captar dentro de cada realidade específica a percepção das comunidades sobre a importância do voto o que, por sua vez, poderá ajudar e encontrar as raízes da fraca participação eleitoral de modo a propor alternativas de ultrapassá-los.

Objectivos da pesquisa

O objectivo primário da presente pesquisa resultou da necessidade de fazer um inquérito de opinião com o intuito de captar as percepções dos cidadãos sobre o significado do seu voto com vista não só a melhorar a qualidade do debate político local e nacional nas eleições que se avizinham mas também a dar um contributo indispensável sobre as raízes do fenómeno abstencionista que vem crescendo de eleições em eleições. Ainda, procura-se a partir deste estudo, produzir ilações e ao mesmo tempo propor alternativas que possam efectivamente ajudar a reverter esta tendência. Assim, nortearam a realização da presente pesquisa os seguintes objectivos:

- Captar a percepção dos cidadãos sobre a importância do voto;
- Consciencializar os cidadãos sobre o significado do voto e da política nas suas vidas;
- Discutir o papel dos órgãos de gestão eleitoral, partidos políticos e sociedade civil na consciencialização e na educação cívica das comunidades e dos potenciais eleitores sobre a importância do voto;
- Debater a necessidade da inclusão desta temática nos currículos de ensino de História em Moçambique.

Metodologia

A metodologia usada é eminentemente qualitativa, pese embora, em algum momento, o facto de ter-se recorrido a dados quantitativos. Refira-se que, o recurso a dados quantitativos neste artigo não foi com o intuito de compreender as quantidades em si mas sim, o significado desta quantidade. Por exemplo, dos 100 inqueridos 80 recensaram-se e 20 não o fizeram e, neste contexto, a ideia não é trazer os números mas, o significado desses números, ou seja, por que é que as pessoas foram recensar-se e por que não foram recensar-se.

⁷ Apesar de a Resistência Nacional de Moçambique (RENAMO) não ter participado e mobilizado os seus militantes a não participar.

O método qualitativo foi combinado com as técnicas de consulta bibliográfica e de trabalho de campo. A consulta bibliográfica consistiu na leitura de estudos já realizados, apesar de alguns não irem concretamente sobre o fenómeno da abstenção eleitoral como é no caso de Brazão Mazula (dir) (2006) “*Voto e Urna de Costas Voltadas: Abstenção Eleitoral 2004*”, sobre as implicações do sistema eleitoral no processo de voto como o caso de Luís de Brito (2007) “*A Democracia à Prova das Urnas: Elementos para um programa de Pesquisa sobre as Abstenções Eleitorais em Moçambique*” e (2008) “*Uma nota sobre voto, abstenção e fraude em Moçambique*”, José Jaime Macuane (2009) “*Reforma, Contestação Eleitoral e Consolidação da Democracia em Moçambique*” e sobre a violência antes e pós-eleitorais e suas implicações na abstenção no caso de Paul Collier (2009) “*Wars, Guns & Votes: Democracy in Dangerous Places*”.

O trabalho de campo consistiu na recolha de depoimentos através de uma entrevista semi-estruturada que foi concebida a partir dos principais tópicos e objectivos da pesquisa. A recolha dos depoimentos foi realizada nos meses de Julho e Agosto em quatro (4) Postos Urbanos da Cidade de Quelimane. Sendo que para cada Posto Urbano foram recolhidos depoimentos de 25 cidadãos. A escolha dos cidadãos foi de forma aleatória e, procurou-se privilegiar os “sem poder” ou seja, os cidadãos sem um nível de escolaridade significativa. Neste processo, procurou-se um equilíbrio não só de género mas também, de representação, isto é, recolheu-se depoimentos de Jovens, Adultos e Velhos num equilíbrio homem/mulher tendo conta os espaços urbano e suburbano.

Desta feita, dos 100 cidadãos inquiridos:

- 50 são jovens dos quais 25 Homens e 25 Mulheres cuja idade varia de 18 a 35 anos;
- 25 são adultos dos quais 12 Homens e 13 Mulheres com idades compreendidas entre 36 a 50 anos;
- e, finalmente 25 são velhos sendo 13 Homens e 12 Mulheres a partir dos 50 anos.

Foi entrevistado este grupo de cidadãos pelo facto de serem eles os potenciais eleitores e eleitos e, por ser sobre eles que recai todas as acções dos eleitos.

Dada a natureza do tema, os entrevistados pediram o anonimato. Em função deste pedido e, para salvaguardar a imagem e reputação dos entrevistados optou-se pela enumeração e codificação das entrevistas. Por exemplo, usou-se C1, C2, C3...C100 para significar cidadão um, dois, três até ao cidadão 100. Tratando-se de uma pesquisa qualitativa que se assenta na compreensão da natureza de um fenómeno social (Richardson, 2008, p. 79) – a percepção societal sobre o poder do voto – e pelo facto de “a fonte directa de dados ser o ambiente natural” (Bogdan e Biklen, 1994, p. 47) – os Postos Urbanos da Cidade de Quelimane – e também, pelo facto de “os dados recolhidos serem em forma de palavras ou imagens e não de números e os resultados escritos da investigação conterem citações feitas com base nos dados para ilustrar e substanciar a apresentação” (Ibid., p. 48), os depoimentos foram transcritos respeitando-se as falas dos sujeitos da pesquisa.

Para desenvolver o argumento central do artigo, duas teorias serviram de base: a teoria sociológica e a teoria racionalista.

A primeira teoria explica a diminuição da importância atribuída ao voto através da posição que os indivíduos ocupam na sociedade, dos sistemas de valores associados e da acção socializadora e mobilizadora das organizações sociais e políticas respec-

tivas. Deste modo, conforme Françoise Subileau (1989), o abstencionismo seria um fenómeno resultado de uma fraca integração na sociedade política ligada a uma fraca inserção social.

A segunda teoria tem, segundo James Buchanan e Gordon Tulloch citados por Rosário (2009), como fundamento, os cálculos estratégicos dos actores e como objecto principal a exploração da racionalidade económica e mais precisamente a relação funcional entre as orientações do voto e a conjuntura económica. Nesta teoria, o actor é racional e calcula o custo e a probabilidade que o seu voto tem de afectar o resultado entre as alternativas existentes. Porém, ela supõe que os indivíduos são racionais e têm capacidade emocional e tempo necessário para escolher o melhor percurso de acção, pouco importa a complexidade da escolha. Aliás, de acordo com Borba (2008), os pressupostos da teoria da escolha racional à decisão eleitoral encontra aplicação pioneira na obra de Anthony Downs. Apoiando-se nesse autor, refere que a decisão entre ir votar e se abster é medida por um cálculo feito pelo eleitor. No caso, se os benefícios esperados pelo voto forem maiores que seus custos ele vota, caso contrário, se abstém.

A Política, o Voto e a Democracia: rediscutindo a abstenção eleitoral em Moçambique

Robert Dahl em sua obra *“Modern Political Analysis”* questionava-se sobre o que não é Política? Entendia o autor nesta época que esta seria – quiçá, continua sendo – uma pergunta muito difícil de responder. Todavia, lembrava Robert Dahl que “quer uma pessoa queira quer não, virtualmente ninguém está completamente fora do alcance de um tipo qualquer de sistema político” (Dahl apud Rogério, 2002, p. 16). Assim, sendo a política tendencialmente omnipresente, é problemático explicar quais os resíduos “não políticos” da vida humana. Dahl continua explicando que “um cidadão encontra política no governo de um país, de uma cidade, de uma escola, de uma igreja, firma de negócios ou sindicato, clube, partido político, associação cívica e uma multitude de outras organizações” (Ibid., p. 16). A política é facto inescapável da existência humana. Todos estão envolvidos, de uma maneira ou de outra, num dado momento, num determinado género de sistema político” (Ibid.).

Sem querer, no entanto, esgotar e confrontar o pensamento de Robert Dahl fica a lição que como humanos somos guiados e fazemos parte da política, por isso, não existe o “apolítico”. Aliás, o simples facto de um cidadão afirmar “não sou político” já é uma opção política. Outrossim, o clássico da Filosofia como Aristóteles já afirmava que o “homem é um *Zoom Politikon*”, ou seja, o homem é por excelência, “um animal político”. Com base neste diapasão, a política é entendida como sendo “ciência de governação dos Estados” (Cunha, 2007) “uma actividade humana de tipo competitivo, que tem por objecto a conquista e o exercício do poder” (Amaral, 2009) ou ainda “a forma de acção social traduzida num conflito graduado entre actores humanos, individuais ou grupais, para a determinação, mais ou menos sujeita a meios de coacção, indução, persuasão, treino, pressão difusa ou outros, de padrões de comportamento colectivos, dentro de um quadro normal de reconhecimento recíproco dos actores, que podem, por vezes, adquirir situações externas de dano ou supressão de um ou mais agentes conflituantes” (Rogério, 2009).

Com base nesta caminhada conceptual pode-se especular três significados actuais da política: comando, organização e representação. Tomando em consideração este último sentido da política, torna-se necessário falar da possibilidade de escolher e ser escolhido para comandar ou representar os comandados – Voto e Democracia.

Neste contexto, “se o voto é um dos fundamentos primeiros da legitimidade política dos governantes nos Estados modernos, a abstenção eleitoral não pode deixar de ser vista como uma ameaça a esta legitimidade” (Brito, 2007, p. 2). “A abstenção manifesta um desengajamento dos cidadãos em relação ao sistema político e aparece como um sintoma de crise do processo democrático na razão proporcional da sua importância” e, ela diz ainda o autor em referência “pode ser considerada “um aviso à classe política”, expressão de “uma crítica ao sistema partidário” e manifestação do “desencontro entre a esfera eleitoral e as expectativas dos eleitores” (Ibid., p. 2).

Decerto a avaliar pelos níveis de abstenção eleitoral em Moçambique que não só colocam em causa a legitimidade dos representantes diante dos representados, mas também fica a sensação de que se caminha para uma “democracia sem eleitores”. Aliás, o estudo dirigido por Brazão Mazula cujo título é “*Voto e Urna de Costas Voltadas: Abstenção Eleitoral em 2004*” alista uma série de factores que fazem com que haja este desinteresse crescente pelas urnas. Dos factores indicados, destacam-se: i) Questões organizacionais; ii) expectativas frustradas da população; iii) descrédito em relação aos órgãos eleitorais; iv) fraca campanha de educação cívica; v) percepção de que as eleições não mudam nada na vida do cidadão; vi) falta de interesse do eleitorado vii) incapacidade dos Partidos da Oposição em ser alternativa à Frelimo.

Por sua vez, Luís de Brito (2008), em “*Uma nota sobre voto, abstenção e fraude em Moçambique*”, parte do questionamento “haverá uma relação entre a abstenção registada e os prováveis sinais de fraude frequentemente apontados?” Na perspectiva do autor muito provavelmente esse terá sido um factor desmobilizador para alguns eleitores, mas, na ausência de estudos sobre o voto a nível individual, não é possível verificar o seu peso. Uma outra hipótese avançada pelo autor em referência é uma relação indirecta: a abstenção massiva do eleitorado da Renamo poderá dever-se ao facto de, depois de duas eleições consecutivas perdidas, parecer não haver motivos para exercer um direito de voto que não produz efeito. No que diz respeito ao eleitorado da Frelimo, pode-se colocar como hipótese que haja uma certa frustração em relação às promessas e expectativas criadas nas eleições anteriores e que não se verificaram. Em termos gerais, o facto de mais de metade do eleitorado ter preferido não participar no escrutínio de 2004 parece significar que, independentemente dos factores mais imediatos que terão contribuído para a abstenção, um grande número de cidadãos não sente que o seu voto tenha utilidade, ou valha a pena (Cf. Brito, 2008, p. 10).

A par da frustração dos eleitores, membros e simpatizantes dos dois maiores partidos – Frelimo e Renamo – Luís de Brito não descarta a hipótese de a deficiência do sistema de representação decorrente da forma como são eleitos os representantes por meio de listas plurinominais e fechadas que conduzem a uma “forte” disciplina partidária ser um indicador da abstenção. Esta percepção está patente no artigo de Brito (2008, p. 11) ao argumentar que “visivelmente, passada a euforia da paz reencontrada, o discurso e a acção política não respondem aos problemas sentidos como mais importantes pelos cidadãos” e ao explicar que “pelo contrário, a natureza do sistema de representação que não favorece o contacto dos eleitos e responsáveis políticos com o eleitorado e

desloca o centro de gravidade da actividade política para os aparelhos partidários, favorecendo a predominância de uma política do ventre em circuito restrito, o que não pode deixar de provocar a alienação de uma parte significativa dos cidadãos em relação ao jogo político” (p. 11).

Um outro aspecto que se pode tomar em consideração na identificação dos factores ou das causas abstencionistas são os cenários de violência e conflitos antes e pós-eleitorais. Esta constatação já foi feita por Paul Collier (2009) na obra *“Wars, Guns & Votes: Democracy In Dangerous Places”*. Nesta obra o autor partindo dos exemplos da Nigéria e do Zimbabwe assegura que os conflitos pré e pós-eleitorais em vários países criam uma sensação de incerteza e de insegurança política sobre o futuro e, numa altura de eleições as pessoas não vão às urnas. Este cenário é também uma prática em Moçambique por isso, as incertezas políticas resultantes das crescentes ameaças de boicote dos processos em virtude das supostas fraudes. Em suma, não será surpresa que as eleições que se avizinham em função do actual cenário político sejam menos participadas sobretudo, nas eleições gerais de 2014.

Torna-se necessário salientar que a questão da crise das urnas com os eleitores não é apenas um problema da “jovem democracia” moçambicana. É um cancro não só dos países em desenvolvimento bem como dos países desenvolvidos – nas tais ditas democracias consolidadas. Aliás, conforme o diagnóstico de muitos autores, a democracia está em crise, assim como os partidos políticos – historicamente considerados fundamentais para o funcionamento e manutenção das democracias representativas –, observa-se o declínio da importância dos partidos nas democracias contemporâneas. Esta percepção é bem vincada por Manuel Castells quando mostra como as eleições têm revelado um dado importante: a diminuição da participação da população nos processos eleitorais. Para este autor:

A democracia está em crise e como consequência há uma clara crise de legitimidade (...) as novas condições institucionais, culturais e tecnológicas do exercício democrático, tornaram obsoletos os sistemas partidários existentes, levando à volatilidade eleitoral, o desaparecimento gradativo dos partidos e a importância decisiva da mídia nos processos eleitorais e assim para ele a tendência global parece indicar ou confirmar, ao longo do tempo, a proporção decrescente de votos para os partidos (Castells, 2001, p. 401).

Mais adiante, na obra em referência, o autor assegura que “um componente essencial dessa crise de legitimidade consiste na incapacidade de o estado cumprir com seus compromissos como estado de bem-estar, desde a integração da produção e do consumo, com um sistema globalmente independente e os respectivos processos de reestruturação capitalista” (Castells, 2001, p. 401).

A mesma visão de Manuel Castells é partilhada por Bernard Manin (1995, p. 16) que avançava que o que tem sido entendido como “crise da democracia” é:

O declínio das relações de identificação entre representantes e representados e a mudança para um novo modelo político. De um modelo no qual a representação política tinha o domínio do parlamento – na qual a relação representantes e representados não seria mais pessoal, mas intermediado pelos partidos, que ele chama de “democracia de partidos” para um novo modelo, o da democracia de público, no qual os partidos perdem essa condição, substituído pela mídia.

Assim, para o autor, “o que se observa é o fim da era dos partidos no modelo do governo representativo. A crise do governo representativo expressa-se na distância crescente entre representantes e representados, e, portanto, uma crise de representação política” (Manin, 1995, p. 17).

Disto, afere-se que os partidos deixaram de ser instâncias para a canalização das principais demandas sociopolíticas, o que significa essencialmente uma crise de intermediação e representatividade. Tal cenário nota-se claramente por exemplo, nos bairros da cidade de Quelimane que quando há problemas de abastecimento de água, cortes constantes e sistemáticos de energia, problemas das vias de acesso, as questões são canalizadas à imprensa em detrimento dos membros da Assembleia Municipal que são os seus legítimos representantes. O que se observa é, portanto, um divórcio crescente entre os partidos e a sociedade e, portanto, o fim da centralidade dos partidos políticos. Por sua vez, este cenário influencia na redução significativa da importância do voto, ou seja, o aspecto relevante dessa crise de representatividade é expressa nos altos índices de abstenção eleitoral quer nas democracias ocidentais e quer na nossa democracia. Aliás, Anícia. Lalá e Andrea Ostheimer (2004) mostram que grande parte das populações nos países em desenvolvimento associa a democratização à esperança de melhorias das suas condições de vida. Quando estas condições não melhoram a despeito das promessas feitas nas eleições passadas, há maior tendência dos cidadãos de se abster, pois grande número não sente que o voto tenha alguma utilidade.

Em função deste último aspecto, não é de estranhar que, os índices de abstenção em países como Moçambique sejam tão elevados e cresçam de eleição para eleição. Tal percepção é partilhada por Philippe Braudel (2000, p. 361) ao documentar que “a abstenção eleitoral existe no meio de duas variantes: a primeira é uma abstenção reveladora de uma medíocre inserção social e a segunda concerne, ao contrário, às pessoas interessadas pela política, informadas e atentas” e ao explicar que “neste caso, a abstenção é a recusa, pelos cidadãos, de escolher dentre as condições de oferta eleitoral tal como se apresentam a eles, isto é, o acto de negar ou se eximir de fazer opções políticas” (Ibid., p.361). Assim sendo, afirma o autor em jeito de síntese, “os cidadãos estimam não encontrar a possibilidade de exprimir adequadamente as suas preferências” (Ibid.).

Desta forma, e numa lógica racional, conclui-se que a participação do cidadão no processo de votação e na política será valiosa para este, se os benefícios superarem os custos, neste caso, os benefícios estariam relacionados ao facto do cidadão conseguir que a política de sua preferência seja implementada. Neste caso, as crescentes abstenções eleitorais seriam resultado de duas interpretações: i) daquelas pessoas atentas e informadas sobre a política mas, desiludidos com as ofertas políticas não vão votar e ii) daquelas pessoas que não conhecem o significado do voto, ou seja, não sabem qual é a importância do voto. E, para estes últimos votar e não votar da tudo na mesma basta que, sejam-lhes garantida a Paz e a tranquilidade públicas.

Importância do voto na percepção dos cidadãos em Quelimane

Nesta secção, procura-se desenvolver a percepção dos cidadãos sobre a importância do voto e o significado da política em suas vidas. A percepção é desenvolvida partindo dos principais tópicos da pesquisa.

Para começar: ***“O conhecimento sobre o dever cívico de recensear, votar e da importância do voto”***. Dos resultados dos depoimentos recolhidos a partir dos cem (100) cidadãos da Cidade de Quelimane constata-se que a maior parte deles já se recensearam. Dos cem (100) cidadãos apenas 8 (8%) é que não se recensearam. Dentre as razões que os levaram a não recensear apontam-se “bichas longas”, “descrença no órgão de administração eleitoral pelo seu carácter partidário”, isto é, há uma percepção de que este órgão é mais um ao serviço do partido no poder – Frelimo – e com isto tende a favorecer a este partido e, conseqüentemente recensear e não recensear dá tudo na mesma porque já se sabe quem vai ganhar, outros não recensearam porque se encontravam doentes mas tinham vontade de fazê-lo e outros ainda encontravam-se nas suas machambas. Tais argumentos podem-se encontrar nos seguintes depoimentos quando questionados se ***“já recensearam? Por quê?”***:

- “Não, porque já sei quem vai ganhar, recensear não recensear tudo é igual”;
- Não, andei doente durante o tempo do recenseamento;
- “Não porque para além das bichas exigiam documento que não tenho como é no caso do BI porque perdi e meu voto não mudaria nada porque a comissão nacional de eleições e o STAE estão partidarizados”;
- Não, porque estava na machamba”.

Se é verdade que dos 8 por cento que não recensearam por motivos já avançados anteriormente, não é menos verdade que os que recensearam o fizeram porque tem a plena consciência de que recensear é o requisito básico para poder votar. Alguns recensearam para não ser conotados como da Renamo já que este partido por razões já conhecidas e publicamente avançadas desmobilizou os seus militantes e simpatizantes a não se recensearem. Ademais, outros recensearam somente para ter cartão de eleitor já que em alguns postos de controlo policial tem-se exigido o cartão de eleitor.

- “Sim. Somente para ter o cartão de eleitor, porque ouvi que algumas vezes tem sido exigidos nas viagens como por exemplo no posto de controlo de Nicoadala”;
- “Sim, porque se não recensear sinto que estarão a falar que pertenço a outro partido e não serei bem vista na sociedade”.

Sobre a “importância do voto” nota-se que a maior parte dos cidadãos entrevistados possuem um conhecimento razoável sobre a importância do voto. Razoável, porque dos 100 entrevistados, 50 (50 %) afirma que o voto tem a finalidade primária de eleger os candidatos ou os representantes; 28 (28 %) entendem que o voto é o factor e o motor de desenvolvimento pois, o voto permite mudanças no rumo da autarquia mas, desde que o vencedor saiba auscultar os verdadeiros problemas dos munícipes e, finalmente, 22 (22 %) não têm conhecimento sobre a importância do voto.

Os que não têm conhecimento, quando questionados ***“na sua opinião qual é a importância do voto?”*** apresentam os seguintes argumentos:

- “Nenhuma, pois as vitórias retumbantes como “eles” afirmam de voz audível resultam dos esquemas feitos na CNE e STAE e o voto dos cidadãos é apenas uma forma de simbolizar a dita democracia”;

- “Não sei. Nunca votei porque sei que todos os partidos e todos candidatos são iguais. Todos não são sérios. As eleições só são para enganar o povo enquanto eles sabem quem vai ganhar. Quem escolhem são eles e não vejo a necessidade de votar”;
- “Não sei se tem importância, os donos sabem os porquês (...)”.

Refira-se que dos que não têm conhecimento não significa que são totalmente ignorantes. Neste contexto, apresentam a sensação de que o incumprimento das promessas durante as campanhas, a “letargia” na solução dos problemas por parte dos governantes localmente eleitos e a desilusão pelo modelo de gestão autárquica (não participativa) faz com que não seja atribuído ao voto nenhum significado. Isto pode-se provar nos seguintes depoimentos:

- “Não tem nenhuma importância porque os que desejamos não são os que dirigem”;
- “Não Seja sua finalidade, mas votando ou não tudo é igual para mim”;
- “Quer em Quelimane ou Moçambique o voto não tem importância nenhuma, apenas os eleitores são obrigados a votar para eleger o partido no poder”.

Desse entendimento e sobretudo decorrente da impossibilidade de mudar o cenário ou fazer eleger o candidato da preferência do cidadão, reduz-se cada vez mais a importância atribuída ao voto. Este facto foi constatado no depoimento dos cidadãos quando questionados se **“alguma vez já votou? Justifique!”**:

- “Já. Mas eu pensando que o meu voto faria diferença, nada deu razão pela qual tomei essa atitude”;
- “Já votei uma vez porque queria ver melhorar a situação económica e social da população e outros intervenientes socioeconómicos e culturais”;
- “Sim já exerci o direito de votar. Era para ter um candidato certo e que resolva problemas do povo e não que traz problemas para o munícipe”.

Neste grupo, há que destacar os que nunca votaram porque para eles qualquer candidato que for eleito vale, ou seja, para eles não interessa votar o importante é que lhes seja garantida a paz, a segurança e a tranquilidade pública, por isso, não lhes preocupa quem vai governar:

- “Não! Porque para mim qualquer que ser votado e ocupar o cargo é o certo”;
- “Nunca votei e nem preciso votar. Para mim o mais importante é me deixarem viver em paz de modo que eu possa trabalhar e criar meus filhos”.

Em relação à questão **“Quando vai votar o que tem votado (Manifesto eleitoral, candidato ou partido)? Justifique!”** Nesta questão a ideia principal era de aferir o que faz com que o cidadão eleja este ou aquele candidato? É eleito pelo seu prestígio e influência moral na comunidade? Ou pelo partido que suporta a sua candidatura? Dos resultados obtidos constata-se que: dos 100 entrevistados 19 (19 %) vota no candidato; 38 (38 %) vota no partido; 17 (17 %) vota no manifesto; 24 (24 %) vota no candidato e no partido; 2 (2 %) vota no candidato e no manifesto; 1 (1 %) vota no partido e no manifesto; 0 (0 %) vota em tudo e, 7 (7 %) não sabe justificar, ou seja, não sabe dizer o fundamento que lhe leva a escolher um candidato.

Com base nos dados apresentados, nota-se que a condição de escolha dos candidatos para a maior parte dos cidadãos é em primeiro lugar o partido que suporta a can-

didatura do candidato e, em segundo lugar o candidato e o partido. Desta feita, o manifesto eleitoral não é condição *sine qua non* para a escolha dos candidatos. Vários são os argumentos para esta tendência:

- “Pretendo ver o partido no poder até mais anos. Quanto ao candidato não há homem certo”;
- “Voto no partido porque é que faz melhores coisas”;
- “Partido porque é a partir do partido onde saem ordens para candidatos”;
- “Voto no partido e o respectivo candidato porque sei que o candidato faz o que o partido manda”.

Quando questionados sobre “*Qual deveria ser o perfil dos candidatos a membros da Assembleia Municipal e a Presidente do Município?*” a experiência política, o nativismo ou seja, o ser natural, alto nível de responsabilidade, idoneidade, a sensibilidade, honestidade, sinceridade são os perfis que os cidadãos almejam que os candidatos a membros da Assembleia e a Presidente do Município tenham. E, esperam que estas questões tenham sido acauteladas no processo de selecção e eleição dos candidatos. Isto pode-se vislumbrar nos seguintes depoimentos:

- “Deve ser uma pessoa responsável com uma conduta social aceitável, deve ser conhecida pelas boas práticas. Deve ser um cidadão que conhece a realidade local e ter um nível aceitável”;
- “Tem que ser um individuo escolarizado com bom nível académico. Um cidadão íntegro, humilde, honesto e trabalhador”;
- “Pessoas idóneas que encaram o problema do povo como se fossem os seus problemas. Pessoas com conhecimentos básicos de ciências políticas e, acima de tudo pessoas com muita experiência”;
- “Pessoas preocupadas com o Bem-estar do povo que se preocupam inteiramente com os anseios da sociedade e não com os partidos que sustentaram as suas candidaturas”.

Para o caso específico dos candidatos a membros da Assembleia Municipal, os cidadãos entendem que esta deve ser constituída por diferentes sensibilidades, ou seja, por pessoas oriundas de todas as camadas e estratos sociais (homens, mulheres, deficientes físicos, escolarizados, não escolarizados). Esta percepção está patente no seguinte depoimento:

- “Devem ter formação específica por exemplo, na saúde, contabilidade e outras áreas de modo que possa criticar com bases e, devem reunir condições económicas e sociais”.

A ideia de “deve reunir condições económicas e sociais” resulta da percepção de que o ser membro de uma Assembleia Municipal não deve ser percebido como uma forma de emprego e também de se beneficiar da coisa pública mas sim, de ser a voz dos munícipes na apresentação e solução dos seus problemas.

Questionados sobre “*Quais são os critérios que toma em consideração para avaliar se este ou aquele candidato é o mais certo para ser Presidente do Município?*” as respostas foram várias: i) o partido que suporta a candidatura, ii) realizações do candidato no mandato anterior (se for o caso de candidato que já ou está a dirigir

a autarquia, iii) seriedade e credibilidade do candidato no seio da sociedade e do partido que o suporta, iv) formação académica, nível de educação, e posição económica, v) discurso e eloquência, vi) naturalidade, ou seja, deve ser natural de Quelimane, vii) experiência na liderança e as obras realizadas antes de ser candidato.

- “Ser rico para não desviar o fundo do município. Ser académico e ter bom discurso”;
- “A personalidade e qualidade do candidato”;
- “Ser alguém natural da cidade, ouvir o povo, fazer o máximo para cumprir o manifesto eleitoral”;
- “Deve ser filho e natural da autarquia, de modo a viver todos problemas da mesma autarquia e estar financeiramente estável”.

Interrogados sobre “*Quantos membros da Assembleia Municipal conhece?*” constatou-se que apenas 22 (22 %) é que conhecem alguns membros da Assembleia Municipal e, 78 (78 %) não conhecem nenhum membro.

- “Nenhum, falando a verdade nunca vi e não conheço nenhum membro da Assembleia Municipal de Quelimane”;
- “Não conheço porque estes nunca se apresentam aos seus municípios. O que de certo modo tenho duvidado se o que se debate na Assembleia Municipal é do interesse dos municípios ou não uma vez que nunca se encontram com os municípios para colher as suas sensibilidades”;
- “Nenhum membro infelizmente. Triste não é!?”

Sublinhe-se que dos que conhecem, não é pelos nomes mas por ouvir falar ou por ser indicado que aquele(a) é membro da Assembleia Municipal. Isto, mais uma vez, vem provar a crise da democracia representativa e que por sua vez, reduz a significância do voto.

Considerações finais

À guisa das considerações finais e, em função dos resultados preliminares da pesquisa conclui-se que a participação política em Moçambique, particularmente a participação eleitoral constitui um desafio. Este desafio decorre da necessidade de (re)animar os potenciais eleitores para as urnas.

O estudo permite ainda concluir que vários são os factores que reduzem cada vez mais a significância atribuída ao voto. Dos factores apontados destacam-se particularmente: a crise da representatividade, o incumprimento das promessas, a impossibilidade de o seu voto criar mudanças e a falta de interesse pela política. Se estes cenários, adicionados à questão do perfil dos candidatos a membros da Assembleia Municipal de candidatos a presidência da edilidade não forem acautelados poderá condicionar a ida dos potenciais eleitores às urnas.

Ademais, se por um lado, a abstenção frequente às urnas é resultado do incumprimento das promessas eleitorais e da crise de representação e de identidade entre os representantes e os representados não significa as pessoas não conhecem a importância do voto mas, estes aspectos contribuíram para reduzir significativamente a importância do voto. Por esta razão, somos de opinião contrária aos que defendem

a introdução do voto obrigatório em Moçambique. O nosso entendimento é de que se esgote todos os mecanismos de educação cívica eleitoral séria e efectiva e, se os resultados não forem palpáveis aí pode-se pensar numa legislação que obrigue o acto de votar. Mas também, é preciso tornar-se claro que mesmo com a introdução do voto obrigatório ninguém garante que todos vão escolher, correndo-se o risco de aumentar os votos em branco que, politicamente pode ter o mesmo significado dos factores abstencionistas. Aliás, historicamente, votar não faz parte da tradição moçambicana pois, na tradição moçambicana o poder foi sempre transmitido por via hereditária obedecendo a uma lógica patrilinear no sul e matrilinear no norte de Moçambique, por isso, devem ser esgotados todos os mecanismos de trazer os eleitores de volta às urnas.

Neste contexto, sugere-se que para trazer de volta os eleitores, para que o voto tenha significado é necessário que sejam acauteladas todas as necessidades e anseios dos munícipes e dos potenciais eleitores: a inclusão, transparência, a representatividade e o desenvolvimento. Ademais, sugere-se ainda a necessidade de realização de campanhas porta a porta no sentido de desenvolver uma verdadeira “educação eleitoral” destacando-se a importância do voto sem no entanto, olhar-se pelas cores políticas e partidárias. E, esta actividade não deve ser reservada apenas aos partidos políticos mas também, à sociedade civil, ou seja, a educação para a cidadania é um dever de cada um de nós.

Sugere-se ainda a realização de encontros contínuos e sistemáticos nas comunidades e com as comunidades para se discutir franca e abertamente a importância do voto e o significado da política na vida comunitária. É importante ainda que os manifestos eleitorais dos candidatos sejam distribuídos e acessível para todos e, se possível traduzidos na língua local de modo que se possa ter alternativas de escolha e melhorar acima de tudo a qualidade do debate político.

Referências bibliográficas

- Amaral, Diogo Freitas de (2009), *História das Ideias Políticas Vol I*. Coimbra: Almedina.
- Bogdan, Robert e Biklen, Sari (1994), *Investigação Qualitativa em Educação: uma introdução à teoria e aos métodos*. Portugal: Porto Editora.
- Borba, Julian (2011), *As Bases Sociais e Atitudinais da Alienação Eleitoral no Brasil*. Porto Alegre. 2008. pp. 134-157, www.sur.ufrgs.br/index.php/debates/article/view/6989/4559 (consultado a 3 de Janeiro de 2011).
- Braudel, Philippe (2000), *Sociologie Politique*. 5.ª ed., Paris: Parisense.
- Brito, Luís de (2007), *A Democracia à Prova das Urnas: Elementos para um programa de Pesquisa sobre as Abstenções Eleitorais em Moçambique*. Maputo: IESE.
- ____ (2008), *Uma nota sobre voto, abstenção e fraude em Moçambique*. Maputo: IESE.
- Castells, Manuel (2001), *O Poder da Identidade*. Vol 2, Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Collier, Paul (2009), *Wars, Guns & Votes: Democracy In Dangerous Places*.

- Cunha, Paulo Ferreira da (2007), *Repensar a Política: Ciência e Ideologia*. 2ª ed., Coimbra: Almedina.
- Lalá, Anícia, Ostheimer, Andrea (2003), *Como Limpar as Nódoas do Processo Democrático? Os Desafios da Transição e Democratização em Moçambique (1990-2003)*. Maputo: Konrad AdeAdenauer.
- Manin, Bernard (1995), *As metamorfoses do governo representativo*. Revista da Anpocs. n.º 29.
- Mazula, Brazão (dir) (2006), *Voto e Urna de Costas Voltadas: Abstenção Eleitoral 2004*. Maputo: Im Prensa Universitária.
- Richardson, Robert. J. (1999), *Pesquisa Social: métodos e Técnicas*. São Paulo: Editora Atlas.
- Rogero, Nuno (2002), *O que é Política*. 3.ª ed., Coimbra: Quimera Editores.
- Rosário, Domingos do (2009), *Les Mairies des "Autres": Une Analyse Politique, Socio-historique et culturelle des Trajectoires Local. Le Cas D'Angoche, de l'Île de Mozambique et de Nacala Porto*. Thèse pour le Doctorat en Science Politique. IEP. Bourdoux.
- STAE. (2006), Eleições Gerais de 2004. Maputo.
- _____ (2010), Eleições Gerais de 2009. Maputo.
- STAE – Zambézia (2012), Eleições Autárquicas. Zambézia.
- Subileau, Françoise; Toinet, Marie-France Toinet (1989), L'abstentionnisme en France et Aux Etats-Unis: méthodes et interprétations. In: GAXIE, Daniel (org.). *Explication du vote*. Un bilan des études électorales en France. Paris: Press de la Fondation Nationale des Sciences Politiques.